

Macondo é aqui



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

As revoluções, ou suas respectivas tentativas, têm um aspecto ridículo que nunca deve ser desprezado. O realismo mágico existe. Não é invenção de escritores do quilate de Gabriel García Márquez. Eles perceberam o fenômeno na política latino-americana. Nessas histórias, há sempre um general, cheio de medalhas no peito, a proclamar-se o benefactor da pátria, em nome da defesa das instituições, da moral e dos bons costumes, que baixa o cacete nos opositores. Às vezes, em nome de Deus.

Não será surpresa se, dentro de alguns anos, tudo isso que a Polícia Federal descobriu seja esquecido ou considerado ilegal. Foi assim com a Operação Lava-Jato, que encontrou uma roubalheira abissal nos negócios da Petrobras. Apesar das confissões, feitas em juízo, de repente, todos foram inocentados. Aqui, não há memória.

A Polícia Federal colocou o guizo no pescoço do gato. O capitão Bolsonaro utilizou todo o período de seu governo para tramar contra as instituições nacionais. Ele esqueceu ou não teve competência para governar. Não inaugurou uma única escola, não avançou um passo no sentido de colocar o país em posição melhor no contexto internacional. Frequentou colóquios internacionais como personagem exótico, que abandonava o local dos encontros de autoridades estrangeiras para fazer refeições em restaurantes de comida rápida. Vendeu as joias recebidas como presente em visitas de Estado, representando o Brasil. Frequentou os quartéis durante os quatro anos de seu mandato. E concedeu generosos aumentos de salário aos militares. Roteiro muito semelhante ao trilhado por

Nicolás Maduro, o homem forte da Venezuela que, nos últimos tempos, passou a fazer críticas abertas ao presidente Lula, de quem era amigo íntimo. Ele quebrou a PDVSA, a petroleira venezuelana, entregou os melhores cargos para seus correligionários, fechou os olhos para o tráfico de drogas e colocou os garimpos de ouro à disposição dos militares. Encheu o peito de medalhas, o que lhe concedeu o direito de prender, torturar e matar opositores. De vez em quando, conversa com o falecido Chávez por intermédio de um passarinho que pousa na sua janela. Tudo em nome do pobre Bolívar, que apenas comandou a independência das colônias espanholas na América do Sul. O libertador morreu tuberculoso. Sua mulher, Manuela Sáenz, chamada de la libertadora, viveu seus últimos anos vendendo pastéis em Guayaquil, Equador.

Essa é a nossa América do Sul. Não se esquecer da paixão dos argentinos pelo cadáver de Evita Perón que perambulou insepulto durante anos e viajou entre Espanha e Argentina. No caso brasileiro, o presidente, em vez de governar, passou a tramar contra as instituições de seu país. Ele teve todos os instrumentos ao alcance da mão. Tinha a caneta, a polícia, a maioria dos parlamentares e o apoio popular. Decidiu caminhar pelo lado escuro da política. Perdeu a eleição por incompetência e incumbiu militares de forças especiais do Exército de matar o presidente da República, o vice e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Coisa de amador. Como acontece na melhor literatura latino-americana, sempre dá tudo errado, seja porque alguém falou demais, seja porque ficou bêbado, seja por ter chegado atrasado na

hora fatal. Ou, ainda, por ter sujado as calças.

Não havia o menor risco de dar certo. Eles fizeram o ensaio geral no dia da diplomação de Lula e Alckmin. Promoveram a maior baderna no centro de Brasília. Chegaram a tentar invadir a sede da Polícia Federal. A PMDF limitou-se a olhar. Mas o golpe, ou o que restou dele, estava em curso. Depois veio o 8 de janeiro, que foi claramente conduzido por gente do ramo. A invasão do Congresso pelo teto, com apoio de uma escada de cordas, a utilização de água para reduzir o efeito do gás lacrimogêneo, denuncia a presença de especialistas. Os militares colocaram dois tanques de guerra para defender o enorme acampamento de manifestantes, onde eram servidas três refeições por dia. O pessoal tinha dinheiro.

Naquele dia, Lula estava em Araraquara, interior de São Paulo. Foi o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, que teve a coragem de entrar no quartel-general do Exército e determinar a retirada dos manifestantes da frente das instalações militares. Todos foram presos. Agora, a Polícia Federal chegou aos mandantes. Eles são herdeiros do falecido ministro da Guerra, Sylvio Frola, de quem o general Augusto Heleno foi ajudante de ordens. Ele foi exonerado pelo presidente Ernesto Geisel por ser contra a redemocratização do país.

Se tivessem conseguido dar o golpe, além de prender, torturar, matar e censurar a imprensa, eles brigariam entre si. Jamais os generais admitiriam bater continência para capitão. Bolsonaro correria o risco de ser preso por seus amigos, em nome da defesa da ordem. Macondo não existe somente na literatura de García Márquez. Macondo é aqui.

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

» GISELLE FERREIRA
Secretária da Mulher do DF

Iniciamos hoje uma campanha de relevância essencial para nossa sociedade: os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Esse movimento global ocorre anualmente e visa à conscientização, educação e mobilização da sociedade para enfrentar um problema que persiste em nossas comunidades e que exige ações coordenadas e efetivas de todas as esferas do governo e da sociedade civil. No Brasil, esse período é particularmente significativo, pois iniciamos a campanha em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em uma demonstração de que o combate à violência contra as mulheres deve ser um compromisso contínuo.

Ao longo dos anos, consolidamos políticas públicas e reforçamos a rede de proteção para mulheres em situação de violência, mas é preciso levar em conta que o enfrentamento desse problema exige avanços constantes. Nosso compromisso, enquanto gestão pública, é promover políticas e ações que garantam às mulheres o direito de viverem sem violência, com proteção e acolhimento integral. A partir da criação da força-tarefa em 2023, o Governo do Distrito Federal (GDF) realizou grandes avanços no combate à violência de gênero. A rede de proteção para mulheres em situação de violência no Distrito Federal foi reforçada com novos protocolos e tecnologias, canais de atendimentos foram criados e aprimorados, e a consolidação da importância das medidas protetivas e do acompanhamento contínuo das vítimas foram mecanismos impulsionadores para o aumento das denúncias e a queda do número de feminicídios em 2024, em relação a 2023.

Neste período de 16 dias de ativismo, reforçamos a importância da rede de apoio e dos serviços de acolhimento às mulheres que enfrentam situações de violência. Em parceria com diversos setores, ampliamos o acesso a centros de referência, casas de acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico especializado. Esses serviços são fundamentais para oferecer suporte à mulher desde o primeiro atendimento, garantindo que ela tenha condições de reconstruir sua vida longe da violência e com as proteções devidas. Vamos também entregar quatro novas Casas da Mulher Brasileira para a população — uma expansão dos locais de acolhimento representa o investimento contínuo do GDF na proteção do público feminino e no cuidado oferecido.

Acreditamos que o acolhimento e a escuta atenta são pontos cruciais para o enfrentamento eficaz da violência. Não tem como falar em proteção à mulher sem envolver o homem na discussão. Por isso, investimos em campanhas publicitárias e em contratação e capacitação dos profissionais de atendimento para que cada pessoa, ao procurar ajuda, sinta-se respeitada. Os recém-inaugurados Comitês de Proteção à Mulher — em Itapoá, Estrutural, Lago Norte e Ceilândia — estão preparados para receber a vítima de maneira assertiva. Cada unidade, localizada dentro das administrações regionais, foram pensadas para facilitar o acesso e o direcionamento eficaz para a resolução dos problemas enfrentados. Também criamos o Programa Acolher Eles e Elas, que promove a assistência financeira e psicossocial aos órfãos do feminicídio, pois sabemos que o acolhimento é o primeiro passo para a superação e a transformação de cada pessoa.

Outro ponto fundamental para o processo de luta pelo fim da violência contra a mulher é que a sociedade aumente significativamente o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à educação. No DF, 49,5% dos domicílios são chefiados por mulheres, as quais, na sua maioria, enfrentam o desafio de empreender. Esse dado reflete a quebra de antigos paradigmas e preconceitos. Entendemos que o empreendedorismo é uma via poderosa para que as mulheres tenham independência econômica. Por meio dos próprios negócios, elas conseguem construir fontes de renda e alcançar maior autonomia sobre suas finanças, o que representa um passo crucial para a igualdade de gênero. Diante dessa realidade, a Secretaria da Mulher, na sua outra vertente de atuação, realiza cursos profissionalizantes e capacitações para as mulheres no DF.

Nesse movimento para a melhoria econômica da mulher em situação de vulnerabilidade, criamos o Aluguel Social, com o benefício de R\$ 600 mensais para que a mulher tenha um espaço seguro, estável e um ambiente familiar mais saudável. Dessa forma, o GDF trabalha continuamente para que o acesso aos serviços de atendimento e de saúde, apoio psicológico, jurídico e abrigos seguros estejam ao alcance de todos.

Ao longo dos 16 dias, queremos contar com a participação de toda a comunidade. Que esses dias inspirem todos nós a sermos agentes de transformação e defensores dos direitos humanos. Aos profissionais, parceiros e voluntários envolvidos nessa causa, nossos agradecimentos e reconhecimento. Vocês são uma presença solidária ao oferecerem um novo começo para tantas mulheres. Reforço, também, que esse é um chamado a toda a sociedade: juntos, podemos fazer a diferença, promovendo uma cultura de paz, respeito e igualdade. Participe. Mobilize-se. Diga não à violência contra as mulheres.

Cotas raciais são reparação histórica

» ZENAIDE MAIA (PSB-RN)

Senadora da República, procuradora Especial da mulher no Senado Federal e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal

O Brasil deve aos que foram massacrados durante séculos nesta terra. Como procuradora Especial da Mulher no Senado Federal e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, defendi o feriado nacional do dia da Consciência Negra, 20 de novembro, como data simbólica que obriga o Brasil a reparar, com políticas públicas e mudança estrutural nos valores sociais, uma dívida impagável decorrente de mais de 300 anos de escravização da população negra.

Ressalto ações de nosso mandato em favor dessa causa, como o voto a favor de cotas raciais, o lançamento de um guia para candidaturas femininas negras, a assinatura de um acordo de cooperação entre governo federal e Senado para ações antirracismo, além da relatoria da lei de igualdade salarial para homens e mulheres.

As leis de cotas raciais no serviço público e nas universidades, por exemplo, são ações inclusivas, democratizantes e reparatórias essenciais para, ao menos parcialmente, reverter o alijamento de homens e mulheres negros de espaços de decisão historicamente dominados e exclusivamente acessados pela população branca no país.

Não só votei a favor, mas faço uma defesa engajada das cotas raciais para os descendentes dos negros escravizados no Brasil por mais de três séculos. Navios negreiros são o retrato da barbárie que a escravidão fez com o povo africano trazido a esse território para trabalhos forçados em um regime de brutalidade inominável, com morte, tortura,

violência, extermínio, condenação à miséria e à exploração predatória por parte dos senhores de engenho e da burguesia. Ninguém viu na história navios 'branqueiros', nunca traficaram brancos para serem escravizados.

Reforço a necessidade de os governos e o parlamento produzirem medidas inclusivas e de inserção no mercado de trabalho como forma de combater as desigualdades sociais e a pobreza que atingem pesadamente a população negra do país.

Nesse sentido, como relatora da lei da igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupem a mesma função, destaco o que ouvi de especialistas no Senado: que mulheres e as pessoas negras ganham menos, relativamente aos homens e às pessoas brancas, por terem maior presença em setores de atividade econômica com pior remuneração, contratos de trabalho mais precarizados (informais, tempo parcial, intermitentes), diferenças de escolaridade e de disponibilidade para o trabalho (afazeres domésticos, cuidados de crianças, idosos etc.).

O Dia da Consciência Negra é uma data de importância fundamental não só para o Brasil refletir sobre seu compromisso de reparação histórica em favor do povo negro, mas para reforçar o pacto social contra o crime de racismo e contra a pobreza. A realidade é marcada opressão ao povo negro, que, após a escravidão, foi relegado ao abandono pelo Estado brasileiro, teve que ir para periferias e morros sem ter nada para recomendar a vida, continuou sofrendo analfabetismo, violência,

perseguição e silenciamento. A sociedade brasileira lhes deve essas cotas.

Os negros são maioria da população brasileira, mais de 56%, grupo que reúne pretos e pardos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também reforço a necessidade de os governos e o parlamento produzirem medidas inclusivas e de inserção no mercado de trabalho, haja vista que pesquisa recente do IBGE mostrou que o desemprego é maior entre mulheres e negros.

No recorte por cor ou raça, o IBGE verificou que a taxa de desocupação, no primeiro trimestre deste ano, era de 11,3% entre os que se autodeclararam pretos, 10,1% entre os pardos e 6,8% entre os brancos. A maior taxa de desocupação entre mulheres e entre pessoas de cor preta e parda reflete, infelizmente, um padrão estrutural do Brasil. Homens e brancos, sabemos todos, têm mais privilégios.

Quero saudar especialmente as mulheres e homens negros eleitos no Congresso Nacional. Com especial carinho, deixo meu abraço de admiração a meu colega senador Paulo Paim, que compôs a chamada Bancada Negra, nos anos 1980, e aproximou a luta sindical do combate ao racismo, chaga nacional muitas vezes camuflada e que ainda impera em nossa sociedade.

Ressalto, por fim, que o Brasil tem uma dívida histórica com o povo negro por tê-lo torturado em 388 anos de escravidão. O 20 de novembro é para reafirmar a consciência nacional suprapartidária contra o racismo e a favor da igualdade de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.